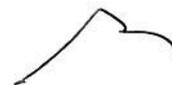


**SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES**  
**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXERCÍCIO 2017**





## **Índice**

Sumário Executivo .....	3
Órgãos Sociais em funções .....	4
Estrutura Acionista .....	5
Enquadramento Macroeconómico .....	5
Principais indicadores da atividade .....	14
Perspetivas para 2018 .....	14
Factos relevantes .....	15
Factos relevantes após o termo do exercício .....	15
Proposta de aplicação de resultados .....	15
Nota Final .....	16





## **Sumário Executivo**

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Em 2017, o mercado de Fundos de Pensões (FP) registou um acréscimo do volume sob gestão de 4,98%, passando de 18.389 milhões de euros em 2016 para 19.305 milhões de euros em 2017. A Santander Pensões tem 2 fundos sob gestão tendo permanecido na 7ª posição no mercado nacional de Fundos de Pensões com uma quota de 5,2%.

O montante gerido em Fundos de Pensões passou de 933 milhões de euros, no final de 2016 para 995 milhões de euros, no final de Dezembro de 2017. As comissões líquidas aumentaram cerca de 5,8% no mesmo período, em linha com o aumento do volume sob gestão em Fundos de Pensões. Por outro lado, o aumento de custos da sociedade acabou por se traduzir numa manutenção do resultado líquido.





## **Órgãos Sociais em funções**

### **Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2016/2018**

Presidente António Terra da Motta  
Secretário Raquel Garcia

### **Conselho de Administração – Mandato 2016/2018**

Presidente Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina  
Vogal José Manuel Neves  
Vogal Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva

### **Conselho Fiscal – Mandato 2016/2018**

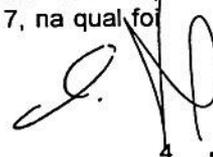
Presidente PKF & Associados, SROC, Lda.<sup>1</sup>, representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa  
Vogal Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória  
Vogal Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira  
Suplente José de Sousa Santos

### **Revisor Oficial de Contas – Mandato 2016/2018**

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.  
representada por Aurélio Adriano Rangel Amaro

1 A representante da Presidência do Conselho Fiscal da Santander Pensões – Dra. Célia Custódio – remeteu carta manifestando a sua intenção de renúncia ao cargo. Foi iniciado processo de substituição - não se tratando de um afastamento da PKF, SROC, S.A., enquanto Presidente do Conselho Fiscal em exercício e como tal aprovada pela ASFI, o membro Suplente Dr. Paulo Gamboa substituiu a Dra. Célia Custódio, conforme deliberação de nomeação tomada em Assembleia geral de 19 de Dezembro de 2017, na qual foi nomeado ainda o novo membro Suplente.

Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.  
Sede: Rua Rosa Araújo, n.º 2, 9º Piso - 1250-195 Lisboa Tel. +351 21 313 16 12 Fax +351 21 313 16 39





## **Estrutura Acionista**

O capital social da sociedade encontra-se representado por 200.000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., sociedade anónima constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de €7.291.170.350,50.

A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do novo acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos de operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

## **Enquadramento Macroeconómico**

### **Economia Internacional**

A economia mundial acelerou, em 2017, para o ritmo de crescimento mais forte desde o início da crise económica e financeira, em 2008, assim prolongando a recuperação cíclica iniciada em meados de 2016. Este maior dinamismo foi o resultado de um crescimento conjunto das economias desenvolvidas, que prolongam o ciclo favorável dos últimos anos, e das economias emergentes, com a correção em curso de desequilíbrios vários que tinham penalizado a atividade nos anos mais recentes.

**Crescimento Económico Mundial**

	2015	2016	2017
<b>Mundo</b>	<b>3.4</b>	<b>3.2</b>	<b>3.7</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>2.2</b>	<b>1.7</b>	<b>2.3</b>
EUA	2.9	1.5	2.3
UEM	2.0	1.8	2.4
Reino Unido	2.2	1.9	1.7
Japão	1.1	0.9	1.8
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4.3</b>	<b>4.4</b>	<b>4.7</b>
África	3.4	1.4	2.7
Ásia	6.8	6.4	6.5
China	6.9	6.7	6.8
Europa de Leste	4.7	3.2	5.2
Médio Oriente	2.7	4.9	2.5
América Latina	0.1	-0.7	1.3
Brasil	-3.8	-3.5	1.1

Fonte: FMI (Janeiro de 2018)

A recuperação cíclica da economia mundial esteve bem patente na dinâmica do comércio internacional, que alimentou uma aceleração do investimento, em especial nas economias desenvolvidas, e no aumento da produção da indústria transformadora. A taxa de desemprego desceu, na generalidade das economias, contribuindo para a melhoria da confiança dos consumidores e alimentando uma recuperação da despesa de consumo.

Para esta recuperação contribuíram igualmente as condições financeiras favoráveis, com baixos níveis de taxas de juro, assim como baixos níveis de volatilidade, apesar de os bancos centrais das economias desenvolvidas estarem a iniciar o processo de remoção dos estímulos e políticas não-convencionais, implementados na última década. Esta reversão de políticas foi sempre acompanhada de uma estratégia de comunicação aos mercados visando mitigar os impactos adversos e perturbações que pudessem comprometer a confiança e a recuperação económica.

**Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**

Sede: Rua Rosa Araújo, n.º 2, 9º Piso - 1250-195 Lisboa Tel. +351 21 313 16 12 Fax +351 21 313 16 39



Nos EUA, a economia evoluiu positivamente, acelerando face a 2016. O crescimento de 2,3% estimado para 2017 está alinhado com o crescimento potencial e marca o oitavo ano de expansão consecutivo, num ciclo económico particularmente longo.

Este crescimento foi particularmente explicado pela melhor dinâmica de investimento, que teve um contributo positivo, ao nível do investimento fixo, e um menor contributo negativo do lado da variação de existências. O contributo do consumo privado para o crescimento permaneceu basicamente inalterado, a taxa de desemprego desceu ligeiramente, para 4,4% em média anual (-50pb face a 2016).

No final de 2017, o Senado e Câmara dos Representantes chegaram a acordo para uma reforma fiscal, com uma descida generalizada dos impostos, em especial para as empresas, que pode produzir um importante estímulo para a atividade no ano de 2018, sobrepondo-se aos riscos associados à incerteza quanto à política comercial da Administração Trump.

A Reserva Federal dos EUA, ao longo do ano, manteve a sua política de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por três vezes, em passos de 25pb, para o intervalo de 1,25%-1,50%, enquanto a sua indicação de atuação futura continuou a suportar expectativas de entre duas a três subidas, de igual dimensão, em 2018.

Em junho de 2017, a Reserva Federal detalhou o seu plano de remoção gradual dos estímulos, que tinha comunicado três meses antes: a partir de setembro, o banco central dos EUA deixou de reinvestir mensalmente um determinado montante em ativos, a iniciar em 10 mil milhões de dólares e aumentar gradualmente ao longo do tempo, até atingir 50 mil milhões mensais decorridos doze meses.

Na zona euro, o ano de 2017 foi de consolidação do crescimento económico, aprofundando e reforçando a recuperação iniciada em 2016. As taxas de crescimento foram mais homogêneas entre os diferentes países, destacando-se a recuperação em França e Itália, após a quase estagnação nos anos anteriores.

O pesado ciclo eleitoral europeu não penalizou o crescimento, apesar da incerteza existente no início do ano quanto à eventual ascensão de forças populistas ao poder em alguns países, em especial em França, mas a vitória de Emanuel Macron e a sua agenda europeísta e reformista tiveram um contributo positivo para a confiança. Na Alemanha, as eleições gerais de Setembro ditaram um Governo minoritário de Angela Merkel (sendo que no final de fevereiro de 2018 se tenta formalizar um Governo de coligação entre a CDU/CSU e o SPD).

Em Espanha, o crescimento abrandou, numa consolidação da recuperação, mas também devido à instabilidade causada pelo processo independentista na Catalunha, que conduziu inclusive à mudança de sede social (e tributária) por muitas das empresas que tinham a sua sede na Catalunha. Ainda assim, Espanha terá crescido acima de 3% em 2017.

2017	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>2.4</b>	<b>1.5</b>
Alemanha	2.2	1.7
França	1.8	1.2
Espanha	3.1	2.0
Itália	1.5	1.3

Fonte: CE (janeiro 2018)

Fruto da dinâmica de crescimento, o Banco Central Europeu reavaliou a sua política monetária, em especial as medidas não convencionais. Deixou inalteradas as taxas de juro de referência mas, em março de 2017 reduziu o volume de aquisição de ativos financeiros, em 20 mil milhões de euros mensais, para 60 mil milhões. Já em dezembro, o BCE comunicou que, com efeitos a partir de janeiro de 2018, o volume de aquisição de ativos seria reduzido em metade, para 30 mil milhões de euros mensais, e que o programa terminaria, salvo situações que requeiram medidas excecionais, em setembro de 2018. Posteriormente, o BCE substituirá as



emissões de dívida em carteira que vençam, por novas aquisições, assim mantendo inalterado o volume total de ativos adquiridos.

No Reino Unido, o processo do Brexit prosseguiu, mas num quadro político mais difícil, após as eleições antecipadas de 8 de junho terem resultado numa perda da maioria absoluta do Governo conservador na Câmara dos Comuns. A erosão de poder político refletiu-se numa menor capacidade negocial com os restantes 27 estados-membro da União Europeia, após a ativação do artigo 50.º do Tratado de Lisboa, em março. No término da primeira fase negocial, quanto aos termos do “divórcio”, o Reino Unido cedeu em alguns pontos-chave, como a fronteira com a República da Irlanda ou os direitos dos cidadãos europeus que residem no Reino Unido. A data de efetivação do Brexit foi fixada nas 23 horas do dia 29 de março de 2019. Os “27” acordaram que o período de transição terminará a 31 de dezembro de 2020, sendo que o Reino Unido pretendia um período mais extenso.

A economia britânica continuou a desacelerar, ainda que de forma gradual, e “contrariando” alguns cenários que colocavam a possibilidade de uma recessão no imediato. A depreciação da libra, associada aos baixos níveis de desemprego, contribuiu para que a inflação ultrapassasse a barreira de 3%, pelo que o Banco de Inglaterra subiu a principal taxa de referência, pela primeira vez desde julho de 2007, para 0,5% (+25pb).

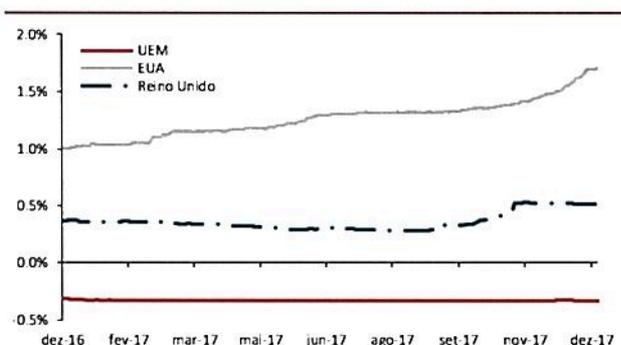
Nas economias emergentes, o ano foi igualmente caracterizado pela recuperação da atividade económica. Na China, que nos últimos anos tem estado sob especial escrutínio e sido foco de alguma incerteza, as medidas adotadas pelas autoridades permitiram uma estabilização do crescimento. Em 2017, o PIB terá crescido 6,8%, mas os temas de desaceleração estrutural da atividade permanecem, também com a alteração do modelo de crescimento.

Na América Latina, a atividade evoluiu também de forma mais favorável, saindo da situação recessiva que caracterizou os últimos anos, em grande medida devido à recuperação observada no Brasil que, em 2017, terá crescido em redor de 1%, após a contração acumulada de aproximadamente 8% nos dois anos anteriores. No México, a incerteza associada à evolução da relação comercial com os EUA e o futuro da NAFTA, contribuiu para uma moderação do crescimento.

Os mercados financeiros evidenciaram uma relativa acalmia, patente nos reduzidos níveis de volatilidade e nos baixos níveis de taxas de juro, apesar da reversão que se inicia no ciclo monetário, com os bancos centrais a subir taxas de juro de referência e a reduzir ou mesmo reverter os volumes de liquidez injetados no mercado.

As taxas de juro de curto prazo, nos EUA e no Reino Unido, refletiram as alterações de taxas de referência pelos respetivos bancos centrais, subindo, em especial nos EUA, onde a Reserva Federal mantém a orientação de subida. A divergência com a dinâmica de taxas na zona euro ampliou-se, na medida em que o BCE, apesar de reduzir os volumes de aquisição de ativos, continua a sinalizar que poderá agir se, e quando, necessário.

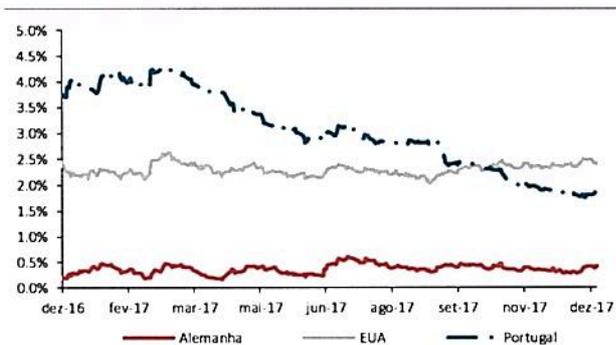
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg



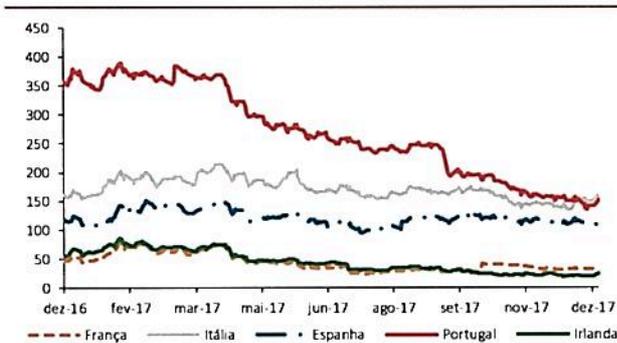
O movimento de repricing das taxas de juro de longo prazo, que já se tinha iniciado no ano transato, prosseguiu, embora de forma diferenciada. Nos EUA, as taxas de juro a 10 anos consolidaram em redor de 2,5%, refletindo expectativas de que o ciclo de subida das taxas de referência será gradual, num contexto de inflação controlada. Na Alemanha, as yields consolidaram em níveis positivos, embora abaixo de 0,5%, após terem estado em terreno negativo durante parte do ano de 2016.

**Taxas de Juro 10 Anos**


Fonte: Bloomberg

O melhor enquadramento económico na Europa suportou a correção dos desequilíbrios orçamentais, com a generalidade dos países a reduzir os défices e a estabilizar ou mesmo descer o rácio da dívida pública face ao PIB.

Em Portugal, as yields a 10 anos desceram, de forma sustentada ao longo do ano, até cerca de 2%. O mais sólido crescimento económico e o compromisso com as metas orçamentais materializaram-se na melhoria do rating atribuído à República pelas agências S&P e Fitch, para níveis de investment grade.

**Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)**


Fonte: Bloomberg

Neste enquadramento, e na zona euro, os spreads face à Alemanha estreitaram de forma generalizada, mas com especial destaque para o da dívida pública portuguesa, que se reduziu de quase 400pb no início do ano para 150pb no final de 2017, chegando mesmo a situar-se abaixo do spread da dívida italiana.

No mercado cambial, a principal dinâmica caracterizou-se pela apreciação do euro face à generalidade das divisas. Apesar das diferenças de política monetária e de taxas de juro de referência, o euro apreciou cerca de 15% face ao dólar norte-americano. Contrariando a política anterior, a Administração Trump por várias vezes referiu que um dólar mais fraco era do interesse da economia norte-americana.



A libra esterlina registou uma depreciação mais moderada, até porque um movimento mais forte já se tinha registado em 2016, após o referendo do Brexit. Face ao dólar, a libra reverteu parte da depreciação registada em 2016.

**Principais Taxas de Câmbio**  
(Dez-2016 = 100)

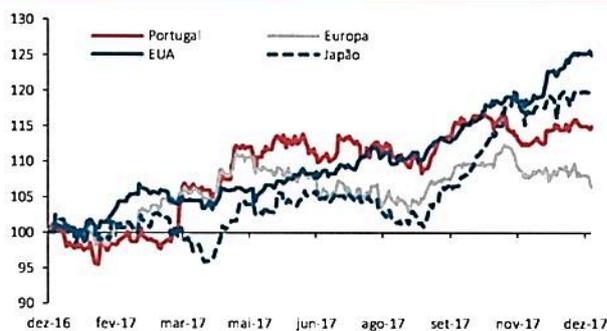


Fonte: BCE

A generalidade dos mercados acionistas registou uma valorização no ano de 2017, num movimento que se reforçou a partir do segundo trimestre, quando os dados de crescimento económico reforçaram as expectativas de que a recuperação era sustentada.

Nos EUA, os mercados acionistas valorizaram de forma continuada, mas reforçaram a tendência após o verão, não só com a consolidação do crescimento, mas sobretudo pela aprovação da reforma fiscal pelo Congresso, com uma descida da carga fiscal sobre as empresas.

**Mercados Acionistas**  
(Dez-16 = 100)



Fonte: Bloomberg

Na Europa, a recuperação dos mercados acionistas foi mais tímida, pontualmente afetada pelos processos eleitorais em países de relevo, como a Holanda, a França e a Alemanha. No final do ano, regressou um sentimento de alguma incerteza, devido aos desenvolvimentos políticos na Catalunha e às expectativas de eleições antecipadas em Itália.

Em Portugal, o principal Índice PSI-20 registou uma valorização de cerca de 15%, com a generalidade das cotadas a evoluir positivamente, embora algumas empresas tenham refletido sobretudo temas de reorganização da estrutura acionista. O melhor momento macroeconómico, do ponto de vista de crescimento e de correção dos principais desequilíbrios, e a melhoria da notação de risco da República, para investment grade, contribuíram para esta evolução.





Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo valorizou cerca de 19%, para 66 dólares por barril, no final do ano, para os níveis mais elevados desde 2015. As perspetivas de forte procura, os acordos entre a OPEP e outros produtores para a redução da produção e a instabilidade geopolítica sentida na região do Médio Oriente contribuíram para esta valorização.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, apesar dos baixos níveis de volatilidade, manteve o seu papel de ativo de refúgio, em parte no quadro de instabilidade na península da Coreia, tendo atingido um máximo de 1.360 dólares no verão, para terminar o ano em redor de 1.330 dólares por onça.

## Economia Portuguesa

A melhoria da conjuntura económica internacional, entre 2015 e 2017, potenciou uma recuperação mais rápida da economia portuguesa, suportada pelo crescimento das exportações, reflexo da capacidade das empresas portuguesas em reorientarem os seus produtos e serviços para um mercado externo mais diversificado.

### Dados Macroeconómicos

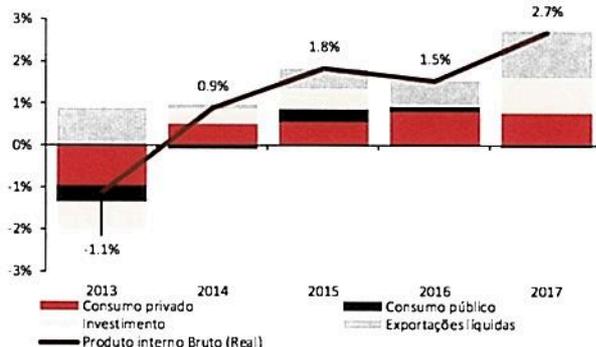
	2015	2016	2017
<b>PIB</b>	<b>1.8</b>	<b>1.6</b>	<b>2.7</b>
Consumo Privado	2.3	2.1	2.2
Consumo Público	1.3	0.6	0.1
Investimento	6.4	0.8	8.4
Exportações	6.1	4.4	7.9
Importações	8.5	4.2	7.9
Inflação média	0.5	0.6	1.4
Desemprego	12.4	11.1	8.9
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3.1	-2.4	-1.1
Dívida pública (% do PIB)	128.8	130.1	126.2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.3	1.6	1.4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças



Em 2017, a economia portuguesa terá crescido cerca de 2,7%, com as exportações a crescerem 7,9% e a serem o principal motor de crescimento com uma contribuição de 3,3pp para o crescimento total. O segundo motor foi a formação bruta de capital fixo (FBCF), que cresceu 8,4%, com todas as suas componentes a registarem crescimentos positivos, em especial o investimento em transportes (+19%), máquinas e equipamentos (+14%) e construção (+8%). A FBCF contribuiu 1,6pp para o crescimento total da economia. O terceiro motor foi o consumo privado, que cresceu 2,2%, suportado em particular pela aquisição de bens duradouros (+5,9%).

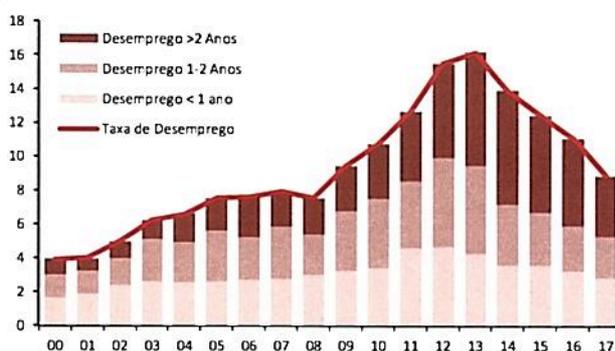
**Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)**



Fonte: INE

O mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2017, com a taxa de emprego efetiva (contratos permanentes) a rondar os 60% da população ativa em 2017. Em 2017, foram criados +161,3 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego reduziu-se para 8,1% no quarto trimestre, o nível mais baixo desde 2009, enquanto em média anual a taxa se reduziu para 8,9%.

**Taxa de Desemprego (%)**



Fonte: INE

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2017, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,4% do rendimento disponível bruto, fruto de um crescimento mais pronunciado do consumo (+3,4%) face a um crescimento mais moderado do rendimento disponível (1,7%), em termos homólogos.

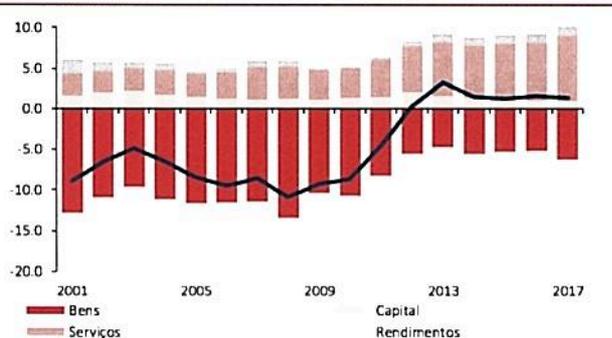




Resultado da melhoria da competitividade das empresas exportadoras portuguesas, verificou-se um aumento sustentado do peso das exportações no PIB, com estas a pesarem 43% do PIB em 2017 (em termos nominais), enquanto em 2008 representavam 27%. Consequentemente, a balança comercial passou de défices recorrentes médios anuais de 8% do PIB, para excedentes comerciais de 2% do PIB, desde 2013. Em 2017, a balança comercial situou-se em 1,5% do PIB nominal.

Merece destacar o aumento das exportações de bens, contribuindo para a redução efetiva da posição deficitária em 8,8pp do PIB, nos últimos 8 anos (ou seja, passando de um défice de 15,3% em 2008 para 6,5% em 2017). Na origem desta melhoria expressiva esteve o aumento das exportações de metais e máquinas que, no seu conjunto representam 34% do total das exportações de bens.

**Balança Corrente e de Capital  
(% PIB)**



Forte: Banco de Portugal, INE

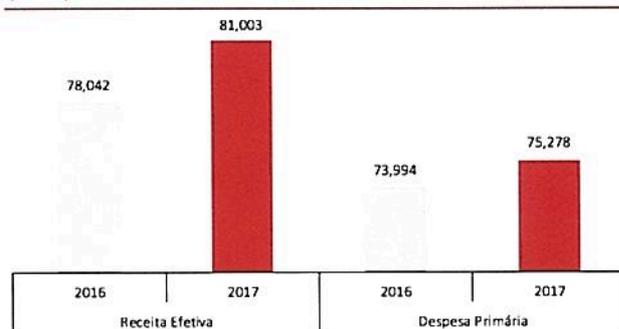
As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com o turismo a contribuir em +5pp do PIB, de um saldo total de +7pp, em 2017. Atualmente, as exportações de turismo pesam 7% do PIB.

O elevado endividamento da economia (338% do PIB nominal no quarto trimestre de 2017) é ainda uma restrição ao crescimento económico, com especial incidência sobre o investimento, bem como continua a ser o maior fator de risco no médio prazo. Apesar do processo de desalavancagem, no quarto trimestre de 2017, o sector privado registou um rácio de endividamento de 212% do PIB, dos quais, 74% são das famílias (53% em crédito habitação e 21% crédito ao consumo) e 138% é das empresas não financeiras. O sector público registou um rácio de endividamento 126,2% do PIB, descendo de forma pronunciada no final do ano, com a amortização antecipada de uma parte significativa dos empréstimos ao FMI.

A evolução das finanças públicas, em 2017, registou um défice orçamental de 1,1% do PIB, melhor do que o inicialmente previsto no orçamento de Estado para 2017 (1,4%), fruto do crescimento superior ao esperado das receitas totais (+4,9%), em particular, das fiscais indiretas (+6%) e do aumento das contribuições sociais (+4%), associado a uma despesa pública com um crescimento +3,5%.

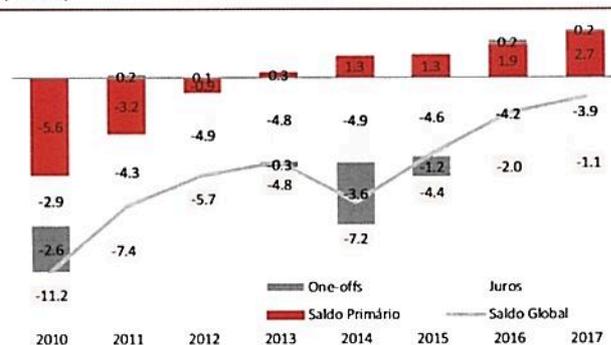
A queda mais acentuada do custo com o serviço da dívida pública (-2,5%) limitou um crescimento mais acentuado da despesa pública. O orçamento de Estado para 2018 prevê um défice orçamental das administrações de públicas de 1.0% do PIB.




**Receita Efetiva e Despesa Primária  
(€ mn)**


Fonte: Ministério das Finanças

As taxas de juro da dívida da República Portuguesa continuam a registar níveis mínimos, fruto da redução da perceção do risco soberano por parte dos investidores, alavancada pela boa performance económica e pela evolução das contas públicas, e que se materializou na melhoria da notação de rating da República para "BBB-", já em investment grade, pela Standard and Poors, em setembro, e, em dezembro de 2017, para "BBB" pela Fitch. Em janeiro de 2018, a taxa de juro a 10 anos cotava em níveis abaixo dos 2,0%, e o diferencial face à dívida alemã era inferior a 150pb (e inferior ao correspondente spread da dívida italiana).

**Défice Orçamental  
(% PIB)**


Fonte: Ministério das Finanças

Em 2017, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e continuou focado na diversificação das fontes de financiamento, em especial no segmento de retalho. Em 2017, foram colocados cerca de 7 mil milhões de euros em produtos de aforro para as famílias, repartidos entre OTRV e Certificados de Poupança. No final do ano, o Tesouro ajustou as condições de remuneração dos produtos de aforro às yields da dívida pública, traduzindo-se numa descida das taxas de juro.

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, na medida em que permaneceram quase inalterados face a 2016.

O setor financeiro português, em 2017, prosseguiu os vários processos de reestruturação. O banco público concluiu a recapitalização acordada com as autoridades europeias, e, em outubro, o Fundo de Resolução concluiu a venda do Novo Banco ao fundo LoneStar, embora mantendo uma participação de 25% no capital. Já no final do ano, e na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Popular Español (que foi



adquirido pelo Banco Santander), o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

A dinâmica dos agregados de crédito continuou a ser caracterizada pela desalavancagem, em grande medida associada à gestão dos ativos não produtivos que os bancos detêm em balanço. Entre dezembro de 2016 e setembro de 2017, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o stock de empréstimos non-performing reduziu-se em 6,5 mil milhões de euros.

Esta evolução anulou os efeitos de incremento da nova produção de crédito aos particulares (mais quase 3 mil milhões de euros, em grande medida no crédito hipotecário), já que a nova produção de crédito a empresas registou uma redução de 3,3% no ano.

### **Principais indicadores da atividade**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Balanzo:</b>		
Ativo	5 730 702	5 562 475
Capital Próprio	4 149 311	4 146 234
<b>Demonstração de Resultados:</b>		
<b>Margem financeira</b>	<b>710</b>	<b>4 219</b>
Serviços e comissões	440 797	416 744
Outros resultados	(30 308)	(8 246)
<b>Produto bancário</b>	<b>411 198</b>	<b>412 717</b>
Custos Operacionais	(362 396)	(390 615)
Amortizações e provisões	0	(9 966)
Impostos	(45 725)	(11 795)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3 078</b>	<b>340</b>
<b>Volume sob gestão</b>	<b>995 359 066</b>	<b>933 159 298</b>
Rentabilidade do Capital Próprio (RO)	0,07%	0,01%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	0,05%	0,01%
Cost to Income	88,13%	94,64%

O total de volume gerido de Fundos de Pensões passou de € 933.159.298, no final de 2016 para €995.359.066, no final de Dezembro de 2017, as comissões líquidas aumentaram cerca de 5,8% no mesmo período. Por outro lado, o aumento de custos da sociedade acabou por se traduzir numa manutenção do resultado líquido.

### **Perspetivas para 2018**

Para 2018, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, no enfoque na gestão de Fundos de Pensões do Grupo Santander, sendo expectável que o volume sob gestão venha a aumentar no decurso do ano 2018, em resultado da transferência para a Santander Pensões da gestão dos Fundos de Pensões do ex-Banif e do Fundo de Pensões ex-Popular, e após as devidas aprovações regulatórias.





### ***Factos relevantes***

No decurso do ano de 2013, deu-se uma alteração na estrutura acionista da Santander Pensões em virtude da qual, a totalidade do capital social desta sociedade passou a ser detido pela Santander AM Holding, S.L.

Aquando da referida operação, foi desenhado, e, aliás, apresentado junto dos vários reguladores em Portugal, um conjunto de objetivos e projeções financeiras para os posteriores exercícios da Santander Pensões.

É expectável que no decurso do ano de 2018 exista um alinhamento dos negócios de gestão de ativos em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente.

Assim, está previsto que durante o ano de 2018 possa existir uma alteração da estrutura acionista da Santander Pensões, mantendo-se no entanto dentro do perímetro do Grupo Santander. Estas alterações estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação.

### ***Factos relevantes após o termo do exercício***

Não é do conhecimento da Administração que tenham ocorrido factos relevantes após 31 de Dezembro de 2017 que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

### ***Proposta de aplicação de resultados***

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 3.077,59 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados: 3.077,59 €





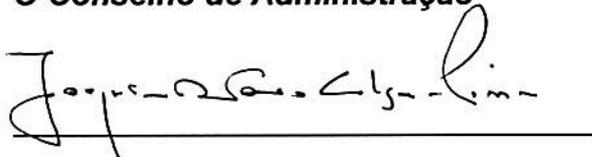
## **Nota Final**

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados obtidos, nomeadamente:

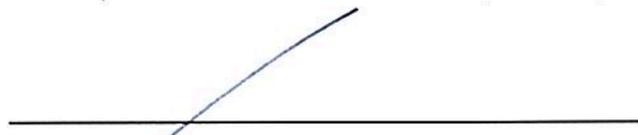
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e à APFIPP, pelo apoio prestado ao longo do exercício.
- Aos colaboradores da empresa pela sua dedicação e esforço.
- Aos associados, pelo empenho no acompanhamento da evolução da Sociedade e pela confiança que nela depositaram.
- Aos órgãos sociais da empresa, revisores oficiais de contas, auditores externos, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

Lisboa, 26 de Março de 2018

### **O Conselho de Administração**



Dr. Joaquim António Aires Mateus De Calça E Pina (Presidente)



---

Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva



---

Sr. José Manuel Neves